

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **Caminhos para promover o ensino técnico no Brasil do século XXI**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

## Texto I

### Características do ensino técnico profissionalizante

A educação profissional no Brasil é amparada pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e também conta com dispositivos próprios, como é o caso da Lei 11.741/08, que institucionaliza as ações da educação profissional em todo o país.

[...]

Um curso técnico dura, em média, dois anos. Mantendo o foco na prática profissional, traz conteúdos teóricos levemente aprofundados. Eles não são livres. [...] A diferença é que os cursos técnicos exigem escolaridade mínima (ensino médio). Podendo, portanto, ser integrado ao ensino médio regular ou ser feito após a sua conclusão. Mas, nunca antes dele. Para funcionarem, precisam do aval do MEC e oferecem aos alunos um certificado de conclusão com o selo do Ministério. A formação é técnica, como é o caso de um técnico em enfermagem, técnico em informática, técnico em logística e outros.

Disponível em: <em: <https://ensinointerativo.com.br/diferencas-entre-ensino-regular-e-ensino-profissionalizante/> (Adaptado)/>.

Acesso em: 04 out. 2021.

## Texto II

### Institutos federais têm falta de verba e de estrutura

O Brasil tem 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados a partir de 2008, além de dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Essas unidades são especializadas na educação profissional e tecnológica. Oferecem cursos como Informática, Eletrônica e Mecânica, para estudantes de ensino médio, além de graduações e pós.

Nos últimos anos, o número de alunos nessas instituições vem crescendo, mas a verba disponível não acompanha o tamanho da rede. Em 2021, o orçamento discricionário, para despesas como contas de água, luz e limpeza, baixou de R\$ 2,39 bilhões, em 2020, para R\$ 1,91 bilhão. Os valores hoje são compatíveis ao que a rede tinha em 2013, quando o número de alunos não chegava nem à metade do que os institutos têm hoje.

Claudio Alex Jorge da Rocha, do Instituto Federal do Pará, diz que a falta de dinheiro prejudica até a compra de insumos para os laboratórios - essenciais na realização de atividades práticas. Recursos para investimentos, como ampliação de salas, também estão abaixo do necessário. "Já fizemos muita racionalização de recursos, investimos em energias renováveis, mas chegamos ao limite." No Instituto Federal de São Paulo, os investimentos, que já alcançaram no passado R\$ 40 milhões por ano, minguaram para R\$ 2,7 milhões - o que não dá nem R\$ 100 mil, em média, para cada um dos 37 campi espalhados pelo Estado.

Maior da rede, com 62 mil alunos, o IFSP tem necessidades variadas. Em alguns campi, como o de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, falta até refeitório. Mesmo na unidade do Canindé, na zona norte de São Paulo - uma das mais completas do Estado -, o refeitório funciona em área improvisada, no subsolo, apelidado de "batacaverna". "Não é arejado. Quando preparam a refeição, o cheiro sobe para as salas", diz José Roberto da Silva, pró-reitor de Administração do IFSP. Ele diz que seria preciso ampliar o número de salas e criar espaços para a pesquisa. De custo mais baixo, dois contêineres foram instalados para servir como laboratórios nas pós. Reitor do Instituto Federal Fluminense, Jefferson Manhães conta que a falta de investimento traz impactos até na modernização de computadores de cursos como o de Informática, um dos mais requisitados. "A distância do aprendizado do estudante com o que o mundo do trabalho exige começa a ficar muito grande."

Os alunos também sentem a redução da assistência estudantil. Neste ano, o estudante do técnico em Mecatrônica do Cefet-MG, Felipe Santos, de 17 anos, perdeu a bolsa de permanência, de R\$ 300. Na pandemia, usava o dinheiro para pagar a internet das aulas remotas. "É até irônico dizer que o futuro pertence aos cursos técnicos justo no ano em que tivemos mais cortes." O Cefet-MG teve redução de 27,7% no orçamento e a reitoria alertou, em maio, para a dificuldade de pagar bolsas e manter atividades.

Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/institutos-federais-tem-falta-de-verba-e-de-estrutura,19fafc4732b1354ecd859884ebf97e3043kzm60l.html>> Acesso em: 04 out. 2021.

## PERFIL DO ALUNO QUE CURSA O ENSINO TÉCNICO E O MÉDIO REGULAR

	Renda média domiciliar per capita	Média de idade
	\$	i
<b>SUBSEQUENTE</b> Curso técnico feito após conclusão do Ensino Médio	<b>R\$ 808</b>	<b>25,1</b>
<b>INTEGRADO</b> Curso técnico feito no mesmo curso do Ensino Médio regular	<b>R\$ 796</b>	<b>16,8</b>
<b>CONCOMITANTE</b> Curso técnico feito em um curso, e o Ensino Médio regular em outro	<b>R\$ 776</b>	<b>17,1</b>
<b>ENSINO MÉDIO REGULAR</b>	<b>R\$ 749</b>	<b>17,5</b>

## TOTAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

(Em mil, em 2015)

- Federal
- Estadual
- Municipal
- Privado
- Sindicatos e Assoc.
- Sistema S



Fonte: Tabulações do Instituto Unibanco dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014 (IBGE) e MEC/Censo Escolar 2015 (extraído do livro "Educação média profissional no Brasil: situação e caminhos", de Simon Schwartzman)